



MILANI, Patrícia Helena *

<https://orcid.org/0000-0001-9434-5584>

RESUMO: O texto apresenta um debate sobre o autoritarismo científico na Geografia, focando nas relações de gênero e nas hierarquias de poder que marcam a produção acadêmica no Brasil. O discurso de neutralidade científica esconde um viés androcêntrico, machista e elitista, negligenciando as dimensões de raça, gênero, classe e sexualidade nas pesquisas. O artigo propõe a epistemologia feminista e a interseccionalidade como fundamentos metodológicos para tensionar as visões universalizantes e hegemônicas do conhecimento geográfico. O texto é estruturado para evidenciar a tradição epistemológica masculina e sugerir possibilidades de fissuras, enfatizando a necessidade de uma ciência mais reflexiva, localizada e sensível às múltiplas experiências socioespaciais dos sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Autoritarismo Científico; Epistemologia Feminista; Interseccionalidade.

ABSTRACT: The text presents a discussion on scientific authoritarianism in Geography, focusing on gender relations and the power hierarchies that shape academic production in Brazil. The discourse of scientific neutrality conceals an androcentric, sexist, and elitist bias, neglecting the dimensions of race, gender, class, and sexuality in research. The article proposes feminist epistemology and intersectionality as methodological foundations to challenge universalizing and hegemonic views of geographical knowledge. The text is structured to highlight the male epistemological tradition and to suggest possible ruptures, emphasizing the need for a more reflective, situated, and sensitive science that recognizes the multiple socio-spatial experiences of different subjects.

KEYWORDS: Scientific Authoritarianism; Feminist Epistemology; Intersectionality

*Professora Adjunta dos Cursos de Graduação e Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. Email: patriciah.milani@gmail.com



INTRODUÇÃO

Neste texto apresento algumas ideias debatidas durante a mesa redonda *Espaços, corpos e dominações*, que ocorreu durante o “I Colóquio Interdisciplinar sobre *Autoritarismos no século XXI: linguagens, espaços e memórias*” (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas) o qual reuniu diferentes epistemologias e olhares científicos para tratar dos muitos autoritarismos que ainda marcam a vida contemporânea dos sujeitos sociais, dentro e fora das universidades.

No âmbito acadêmico e no contexto do debate, sempre me questioneei sobre quem escreve os textos (artigos e livros) que lemos, debatemos e utilizamos como bases em nossas aulas e pesquisas, seja na graduação ou na pós-graduação. A ciência é produzida por pessoas corporificadas, que produzem em algum lugar. Pensam, falam, escrevem a partir de um corpo, são possuidoras, portanto, de: raça, gênero, classe social, origem espacial, sexualidade. No entanto, essas dimensões quase sempre são neutralizadas na produção científica, ainda que o gênero seja uma forma primeira de significar as relações de poder (Scott, 1989).

Outra inquietação que se combina com o exposto e integrará o debate desenvolvido neste texto, se refere às visões universalizantes que predominam nas pesquisas¹, como se as noções e conceitos tivessem sido elaborados de forma neutra e fossem inquestionáveis.

Minha principal inspiração para esse debate são as proposições da epistemologia feminista, cujos pilares incentivam ao questionamento e a contestação dos lugares hegemônicos de fala, com base nos quais o pensamento é produzido (Rea, 2018). A universalidade se torna reducionista (Haraway, 1995), inclusive quando uma linguagem é imposta como parâmetro para todas as traduções e conversões.²

O texto está organizado em duas seções. Na primeira, evidencio a tradição epistemológica masculina e os elementos que disso derivam na produção científica geográfica, mesmo diante da crescente feminização no campo científico. Para isso

¹ Autoras como McDowell e Sharp (1997) argumentam que a ideia da universalidade do conhecimento difundido como neutro é apenas um conjunto de ideias sobre a verdade da humanidade que foi especificamente masculina e branca.

² Esta é a fantasia mortal que as feministas e outros identificaram em algumas versões das doutrinas de objetividade a serviço de ordenações hierárquicas e positivistas a respeito do que se pode ter validade como conhecimento, assim evidencia-nos Haraway (1995, p. 17).



utilizei principalmente os dados das pesquisas de Cesar (2015, 2019) e Silva (2009, 2015). Na segunda seção desenvolvo algumas possibilidades de “fissuras” em relação ao fazer científico tradicional, que pelo discurso da neutralidade esconde as dimensões machista, branca, elitista e heteronormativa.

Para isso apresentamos alguns pilares da epistemologia feminista, no sentido de apresentar uma corrente de pensamento e fundamento de método que coexista com as geografias já existente e consolidadas no âmbito científico-acadêmico. Reforço ainda, que não se trata de um texto em que apresento resultados de pesquisa, mas nele desenvolvo reflexões e ideias.

PODER, NEUTRALIDADE E OBJETIVIDADE NO FAZER CIENTÍFICO GEOGRÁFICO

Em um levantamento de 60 ementas de disciplinas de Epistemologia, em 60 cursos de pós-graduação no Brasil, as pesquisadoras identificaram que 90,3% eram masculinas e 9,7% femininas (César, 2019). Em uma análise qualitativa do material, as obras de autoria femininas eram em maioria de normas de escrita e guias de formatação de trabalhos científicos, ou seja, pouca presença de textos, escritos de pesquisadoras mulheres³ que apresentassem conceitos, ideias e noções a serem trabalhadas nas disciplinas, a partir de um corpo feminino – tudo isso sob o viés discursivo da neutralidade científica, descartando a ideia de que o sujeito da ciência é sexuado (Irigaray, 1987).

Há diversas hierarquias na produção e disseminação científica da geografia brasileira (Silva et al, 2009; Cesar, 2019), hierarquias de temas, conceitos, noções e metodologias de pesquisa, com ênfase principalmente nas metodologias positivistas que enfatizam a objetividade. Também existem desigualdades de acesso aos espaços de enunciação, ou seja, de divulgação de ideias, conceitos e resultados de pesquisas, espaços que se materializam geralmente nas publicações em periódicos de maior Qualis – classificação da CAPES –, em mesas redondas dos eventos e vagas de docentes (ainda ocupadas por homens, em maioria). Há hierarquias também em

³ Negras, brancas e transgêneros. Porém isso não significa que não haja pesquisadoras mulheres, mas que elas ainda não ocupam maiores espaços de enunciação.



relação aos temas a serem pesquisados de modo que aqueles relacionados a gênero, raça e sexualidade ainda são menos relevantes⁴ – mesmo com significativa ascensão.

Por que os temas de gênero e sexualidades são pouco visíveis na geografia brasileira?⁵ Por que tendemos, no tradicional fazer geográfico, a homogeneizar as pessoas em uma massa incorpórea⁶ (Ramos e Milani, 2022) e de modo majoritário considerar que a única forma de diferenciação seja a econômica?⁷ Negligenciando, quase sempre, as questões relacionadas a gênero, raça e sexualidade dentre tantas outras dimensões que se interseccionam no tempo e no espaço, acirrando diferenças e produzindo diferenciações.

Se todos somos espaciais, por que nem todos somos estudados de modo sensível às diferenças que marcam as experiências⁸ socioespaciais? Por que predomina a forma de escrita impessoal, como se os pesquisadores e pesquisadoras estivessem fora de seus contextos de pesquisa? Como se seus corpos não tivessem influência na produção de informações em campo, por exemplo. As perguntas são muitas, coloco aqui algumas delas para guiar o debate desenvolvido acerca das hierarquias, autoritarismos e relações de poder que caracterizam, ainda que naturalizado, a vida acadêmica nas universidades e a produção dos conteúdos geográficos.

Por outro lado, desenvolver abordagens que não são comuns em uma determinada comunidade científica não é tarefa fácil, porque isso implica em desconstruir tradições conceituais já consolidadas (Silva et al, 2009). Combinado a isso, uma comunidade científica partilha de consensos em termos de formas de

⁴ Como comprovaram as pesquisas de César (2015, 2019).

⁵ Mesmo com algumas conquistas, a abordagem de gênero na geografia brasileira é limitada, quando comparada ao expressivo avanço obtido nos países anglo-saxões, sobretudo a partir da década de 1990 (Silva et al, 2009).

⁶ Qualquer ciência cujo foco de análise seja as relações humanas deve ter em conta que a humanidade não é uniforme, que a diferença entre homens e mulheres é uma das principais categorias de análise, que permeia todas as sociedades (Silva et al, 2009).

⁷ No interior do marxismo (corrente de pensamento muito presente na geografia brasileira), o conceito de gênero foi por muito tempo tratado como subproduto de estruturas econômicas mutantes: o gênero não tem o seu próprio estatuto de análise (Scott, 1989).

⁸ As experiências estão vinculadas ao sentido experiencial e corporal que vincula elementos mentais, físicos, imaginários e espaciais e dão sentidos a uma experiência de lugar, entendida como a possibilidade ilimitada de relações em um espaço físico limitado (Mongin, 2006).



compreensão da realidade e isso cria hegemonias conceituais e metodológicas difíceis de serem enfrentadas (Silva et al, 2009).

Ainda há, em todos os espaços de enunciação, o predomínio da presença masculina. Em um levantamento realizado em 2015, havia 1093 docentes atuando em Programas de Pós-graduação em Geografia no Brasil, sendo 60% homens e 40% mulheres (Cesar, 2015). Há uma hegemonia masculina, segundo a autora, também em relação às bolsas de maiores níveis – pós-doutorado e produtividade – sendo justamente nestes níveis acadêmicos em que ocorre maior quantidade de publicações derivadas de pesquisas científicas.

Essa hegemonia se reproduz no número de publicações de artigos em revistas científicas de maior Quali-Capes e tendencialmente maior alcance entre leitores, revistas que também possuem maioria de homens em seus comitês editoriais⁹. Diante dos dados mostrados inferimos que a geografia brasileira é androcêntrica,¹⁰ uma perspectiva masculina predomina tanto nos enunciados científicos como na base conceitual e metodológica da produção geográfica brasileira (Silva et al, 2015).

O androcentrismo embutido no discurso de neutralidade científica, reforça as ausências de sujeitos sociais, temas, problemas e metodologias de pesquisas. Segundo um levantamento da produção científica geográfica brasileira, envolvendo as temáticas de gênero, sexualidade e raça entre 1974 e 2015¹¹ do grupo GETE¹² (Grupo de Estudos Territoriais): 0,41% tratam da temática sobre raça, 0,43% sexualidades, 1,25% sobre gênero e 97, 71% demais temas. Isso em um país em que 56,7% da população não é branca (IBGE, 2024), 2% da população adulta brasileira é formada por pessoas transgêneros ou não-binárias, isso equivale a cerca de 3 milhões

⁹ Nos conselhos editoriais a média é de 20% de mulheres de ocupam posições centrais nos processos decisórios de produção científica (Silva et al, 2009) – ainda que esse dado careça de atualização, neste texto é nosso ponto de partida.

¹⁰ Foram levantados 17.636 artigos científicos de 90 periódicos online da geografia brasileira no período de 1974-2015 e também a composição dos corpos discente e docente de 60 programas de pós-graduação brasileiros por Cesar (2019). Além disso, foram analisadas as ementas da disciplina de epistemologia da geografia que compõe o projeto pedagógico dos referidos programas, como já mencionamos na Introdução deste texto. Constatou-se que os homens detêm maior prestígio acadêmico e que usufruem dessa posição pelos traços androcêntricos mantidos nas práticas do fazer científico, bem como nas concepções teóricas.

¹¹ Os artigos foram retirados de 90 periódicos on-line, classificados pelo sistema Qualis Capes A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5 com base no triênio 2013-2015.

¹² Criado em 2003 e coordenado pela professora Joseli Maria Silva (UEPG).



de indivíduos (FMB/Unesp)¹³, 12% de pessoas maiores de 18 anos que se declaram LGBTQIA+, correspondendo a 19 milhões de brasileiros de acordo com dados populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Todos vivem espacialmente, mas nem todos em suas particularidades e corporeidades são estudados na geografia, em suas experiências socioespaciais diferentes, uma vez que o campo científico mais tradicional, os enunciados conceituais que predominam, sobretudo na geografia humana, criam invisibilidades, isso dificulta nossa capacidade em fazermos perguntas no campo geográfico.

Se fortalecem temas centrais (convencionais) e formas de abordagem por um lado e por outro os “condenados pela ciência” (Silva et al, 2015), ou seja, determinados sujeitos sociais, temas, perguntas e metodologias permanecem na periferia da produção científica geográfica numa intensa (e naturalizada) rede de relações de poder na academia brasileira, que dificulta questionamentos aos conceitos dominantes para abalar este poder e no limite transformá-los (Scott, 1989).

As possíveis respostas aos questionamentos que iniciamos essa seção, têm, sem dúvidas relações com os dados mostrados e o panorama brevemente evidenciado, o que substância, em muito, a reprodução de um fazer científico majoritariamente baseado em conceitos, noções e métodos tradicionais, reproduzindo uma leitura de realidade que pouco oferece abertura para enxergar, ler e interpretar o diverso, as muitas corporeidades que produzem e reproduzem espaços cotidianamente.

O interesse pelas categorias de classe, de raça e de gênero assinalam primeiro o compromisso do(a) pesquisador(a) em considerar cientificamente que as desigualdades de poder estão organizadas segundo, no mínimo, estes três eixos (Scott, 1989). Por outro lado, quando há o debate de gênero na geografia brasileira, há uma tendência em colocá-lo em um domínio separado, quase sempre sob o rótulo “estudo das mulheres”, sendo gênero sinônimo de mulheres e não a todas as relações de poder intrínsecas às relações socioespaciais.

¹³ Pesquisa realizada em 2021 pela Faculdade de Medicina de Botucatu da Universidade Estadual Paulista (FMB/Unesp). Fonte: https://www.terra.com.br/nos/dia-das-pessoas-nao-binarias-7-influencers-para-seguir_ca1f9ee9a9fc70a5974909412a7731aaj8fj67e9.html#. Acesso em 08 de outubro de 2024.



Proponho pensar o gênero enquanto uma categoria de análise e um debate integrado ao político, econômico¹⁴ e cultural, para assim pensarmos sobre as possibilidades de fortalecimento da corrente feminista na geografia, que caminhe concomitante às demais linhas de pensamento e interpretações dos espaços e dos sujeitos sociais. Não há política sem corpos, não há corpos não políticos e não há corpos não marcados pelo gênero (Freitas e Gonçalves, 2021).

De forma bastante preliminar, inclusive como hipótese em desenvolvimento, propomos o conceito de interseccionalidade enquanto fundamento de método nas pesquisas feministas. Os conceitos e noções devem ter no mínimo as três dimensões, sem desconsiderar suas existências ou as sobrepor, para assim fortalecer uma linha de pensamento menos universalizante e generalizadora sobre as múltiplas realidades socioespaciais de sujeitos que coexistem espaço-temporalmente.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos (...). (Crenshaw, 2002, p. 177)

A alternativa possível não é deixar os arquivos ou abandonar o estudo do passado, mas, em contrapartida, mudar alguns dos nossos hábitos de trabalho e algumas das questões que colocamos (Scott, 1989). A autora propõe examinar atentamente os nossos métodos de análise, rever as nossas hipóteses operativas e explicar como pensamos que a mudança se dá. “Em lugar de procurar as origens únicas, temos que conceber processos tão ligados entre si que não poderiam ser separados” (Scott, 1989, p.20).

É evidente que escolhemos problemas concretos para estudar e esses problemas constituem começos ou tomadas sobre processos complexos, mas são processos que temos que ter sempre presentes em mente. A questão econômica,

¹⁴ O seu uso rejeita as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres (Scott, 1989).



política¹⁵, mas também as questões de gênero, raça e sexualidades nos marcam (individual e coletivamente), são meios de compreendermos as relações complexas entre as diversas formas de relações humanas, dentro, sim, do sistema capitalista de produção e dessa lógica econômica vigente e operante, que combinada aos outros eixos geram diferentes experiências de vida, de tempo e de espaço – produzindo diferenças na produção espacial em uma constante relação desigual de poder.

“PARECE QUE NÃO IMPORTA O QUE EU FAÇO. MESMO FAZENDO O DOBRO SEMPRE, É COMO SE ESSE LUGAR NÃO FOSSE PARA MIM, NÃO FOI CONSTRUÍDO PARA GENTE IGUAL A MIM”

A geografia feminista não remete unicamente à temática de gênero e abordar gênero nas pesquisas geográficas não está diretamente ligado ao fazer científico feminista (Milani, 2022). O feminismo na prática acadêmica é uma perspectiva subversiva mais ampla. Baseando-nos em Doreen Massey, ser uma geógrafa feminista compreende pensar sobre a produção do conhecimento, as relações políticas e de poder, inerentes ao processo de constituição da imaginação geográfica e de seu processo de legitimação (Silva et al, 2017).

A estrita relação entre conhecimento e política constitui, assim, a base da epistemologia feminista e de outras perspectivas epistemológicas que questionam a imagem pretensamente despolitizada e descontextualizada da construção ocidental e moderna da objetividade científica¹⁶ descorporificada (Rea, 2018). O mito do saber científico objetivo, pretensamente neutro, institui as hierarquias que organizam as dualidades, opondo o bem e o mal, o homem e a mulher, o superior e o inferior, a razão e a emoção, a sociedade e a natureza, o negro e o branco, por exemplo (Silva et al, 2009, p. 57).

A proposta de Haraway (1995), que assumimos, é questionar as doutrinas de objetividade que ameaçam nosso nascente sentimento de subjetividade e a atuação

¹⁵ As estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e feminino (Scott, 1989, p. 26).

¹⁶ A utilização da linguagem sexista é um aspecto fundamental para compreender a ocultação das mulheres no discurso científico, já que é por meio da linguagem que a humanidade se comunica, constrói e interpreta a realidade social, sendo, portanto, necessário que se desenvolva uma crítica em torno da linguagem androcêntrica, fortemente difundida nos planos pedagógicos da geografia brasileira (Silva et al, 2009, p. 56).



histórica coletiva e nossas versões “corporificadas” da verdade. Por isso, ela defende uma contraposição às “visões de cima”¹⁷ e universalizantes, propondo uma visão parcial desde algum lugar. Isso nos direciona a pensar a relação entre o universal e o particular que permite a elevação da experiência masculina branca ao nível da generalidade e a redução das experiências femininas, gays, lésbicas, negras, a posição do indivíduo sempre como menos importante nas narrativas geográficas e nos espaços de enunciação.

A pesquisa concreta se faz por meio de pesquisadores e pesquisadoras que possuem corpos, histórias de vida, raça, gênero, corpo, sexualidade, posição política e ocupam espaços, portanto, estão inseridos e produzem múltiplas relações de poder. Não há um “pensador puro”, neutro. Desde o processo de construção do objeto de pesquisa, cada escolha é posicionada, intencional e isso tem relação com aspectos dos pesquisadores e seus sistemas de valores.

A geografia, a universidade salvaram minha vida; eu não sabia o que era uma universidade pública, fui entender no terceiro ano mais ou menos. Eu trabalhei a graduação toda, nunca fui a melhor da turma, mas me esforcei pra terminar o curso. Mas não foi muito fácil. Não é fácil por muitas coisas, estar num lugar que as pessoas as vezes não confiam em você. Durante a graduação e principalmente na reta final ouvi diversas vezes que eu não tinha perfil para ser pesquisadora, de cientista. Quando entrei no mestrado ouvi muito “pensava que você não ia terminar nem a graduação”. E ainda hoje no doutorado ouço “hah, verdade, você está no doutorado”. **Parece que não importa o que eu faço. Mesmo fazendo o dobro sempre, é como se esse lugar não fosse para mim, não foi construído para gente igual a mim.** Mesmo que eu publique, pesquise, parece sempre que esse lugar não é para mim. Mas eu resisto, importante é criar laços, eu consegui (venho conseguindo) mas não é sozinha (...). O preço é alto, tenho minha rede de apoio. A geografia salvou minha vida e eu vou seguir, porque esse lugar é meu é nosso (Karine, estudante de Doutorado em Geografia) [grifo nosso].¹⁸

Quem ocupa os lugares nas universidades e faz pesquisas são pessoas com múltiplas corporeidades,¹⁹ questão muitas vezes negligenciadas, tanto na concepção

¹⁷ Visão de sobrevoos, segundo Souza (2016).

¹⁸ Relato feito pela estudante durante a mesa redonda ““Devir geográficos: debates interseccionais de gênero, raça e classe”, que ocorreu durante o VIII Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos – CBG, São Paulo, julho de 2024.

¹⁹ É na corporeidade que os sujeitos são e estão no mundo. Como corpo se distinguem e se identificam, bem como são parte do espaço e do tempo. Reconhecemos nessas corporeidades o simbólico, o representacional, o afetivo, as sexualidades, os gêneros e as estéticas e rompemos, de forma sempre relativa, com a ideia de massificação dos corpos. São geografias que dão centralidade ao sujeito ativo, perceptivo, e não apenas construtivo,



dos corpos pesquisados, quanto dos pesquisadores e pesquisadoras, invisibilizados inclusive nos “trabalhos de campo” em que, sob a égide da neutralidade, tudo veem, mas não são vistos. Os corpos que ocupam as universidades, desenvolvem pesquisas e fazem trabalhos de campo foram pensados historicamente como um “corpo capaz, valente e masculino” (Beltrán, Ojeda e Amarillo, 2019), isso produz corpos “fora de lugar”, como mostra a narrativa de Karine, em que são executadas distintas formas de violências sobre certos corpos.

As disciplinas, de modo geral, são pensadas ainda nos moldes de “transferir conhecimentos”²⁰ científicos com pouco enfoque em como esses conhecimentos foram produzidos, em que contextos históricos e espaciais foram elaborados, quem são as pessoas que escreveram e escrevem, de onde escrevem, seus corpos (gênero, raça sexualidade, classe social), tudo isso fica em camadas subalternas e escondidas, neutralizando interesses, ideologias, posições e jogos de poder na produção científica, facilitando sua própria reprodução continuada nas universidades, práticas e estruturas que sustentam as formas convencionais de se fazer a ciência geográfica.

A posição de Massey, não apenas no texto “Flexible Sexism”, evidencia que essas outras dinâmicas não podem ser analisadas como sub-produtos, mas componentes dos processos de produção e reprodução social (Silva et al, 2017), marcadores de diferenças e fundamentais para a compreensão das realidades. Em um pensamento também crítico a essa visão marxista universalizante, Haraway (1995) afirma que o marxismo humanista foi poluído em sua origem pela sua teoria ontológica estruturante de dominação da natureza na autoconstrução do homem e pela sua impotência para historicizar qualquer coisa que as mulheres fizessem que não fosse por salário. Reforça-se novamente o predomínio do campo econômico sobre os demais – gênero, raça, sexualidade – que interseccionados à classe permitem reflexões mais profundas e menos generalizantes, inclusive a resultados de pesquisas menos reprodutivos.

Do ponto de vista teórico das pesquisas, vemos que as ideias dos autores que compõem as referências bibliográficas podem tanto atuar para a aplicação de modelos

mas constitutivo, que produz espaços e ao mesmo tempo os leva em seu corpo por meio das memórias, identidades, comportamentos e práticas espaciais (Ramos e Milani, 2022).

²⁰ Para utilizar uma expressão de Paulo Freire (2005) em que discute (e critica) a educação bancária.



já constituídos, como ajudar a liberar a reflexão de cada um. Dialogar com os autores e autoras não se resume ao exercício de utilizar suas conceituações para explicar ou interpretar todo o contexto empírico pesquisado, de forma encaixada, pouco dialógica e crítica.

O exercício de analisar teoricamente as informações produzidas em campo exige, de fato, uma pesquisa de livros e artigos de autores e autoras que nem sempre estão no centro do debate, isso significa que muitas vezes precisamos acionar pesquisadores que pesquisam e escrevem das periferias do país, ou seja, fora dos grandes centros e universidades que concentram maiores recursos financeiros em pesquisas e são (quase sempre) aqueles que possuem amplos espaços de enunciação.

Nossas pesquisas podem tanto confirmar teorias como possibilitar os seus desdobramentos – inclusive a formulação de novas hipóteses e caminhos,²¹ a partir do tensionamento entre o aporte teórico existente e a realidade empírica pesquisada (e informações produzidas). Isso considerando a nossa posicionalidade desde a escolha do tema, construção do objeto de pesquisa (que já não é neutro), aos trabalhos de campo que envolvem nossas presenças corporais, toda subjetividade envolvida em determinadas realidades e relações pessoais e por fim, na redação da pesquisa, na forma como a apresentamos (Milani, 2021, 2025) aos leitores e leitoras.

Por exemplo, pelo olhar (unicamente) a partir da teoria (ou de um conjunto de conceitos e noções previamente eleitos) um pesquisador pode considerar que o principal problema de uma determinada periferia seja a ausência de algumas infraestruturas (de maneira generalizante), em trabalhos de campo e o desenvolvimento de instrumentos metodológicos qualitativos, sobretudo de escuta dos sujeitos sociais moradores dessa periferia, pode-se identificar que os problemas mais graves e vivenciados por eles são outros, muito mais múltiplos e complexos, inclusive a depender do gênero, raça e idade dos entrevistados.

Isso sugere que o pesquisador precisa acionar outras autoras e autores que dialoguem de modo mais abrangente com as possíveis análises dessas informações

²¹ Adotar a perspectiva de gênero na geografia brasileira significa romper com tais generalizações e partir para análises centradas na pluralidade dos seres humanos, exigindo novos caminhos metodológicos (Silva et al, 2009).



produzidas. Lógico que os problemas estruturais estarão presentes na periferia (e são problemáticos), mas além disso, o que foi possível descobrir? Apenas a apreensão do cotidiano, a escuta, a sensibilidade para com aqueles e aquelas que vivem determinados contextos socioespaciais conseguem trazer para um debate mais complexo e interseccional.

Em uma aula – narro enquanto docente da graduação em geografia – falávamos sobre a territorialização da prostituição na cidade. Utilizava, na ocasião, autoras e autores que nem sempre estão no centro dos discursos geográficos (não protagonizam os espaços de enunciação). Alguns estudantes questionaram (positivamente) se o fenômeno debatido “era geografia”, porque haviam ouvido sobre isso na geografia e desconheciam os autores utilizados na aula. Os estudantes acharam interessante o tema, o debate, que inclusive abriu a possibilidade de formulação de outras questões; processos e sujeitos serem postos no centro daquele debate – quase sempre invisibilizados pelos discursos geográficos.²² Isso, ao mesmo tempo que esses corpos, que imprimem sentidos nas cidades, não são os corpos “universais” de uma suposta cidadania abstrata, mas sim corpos de carne, osso, gênero, raça, etnia, classe, sexualidade, etc. (Davis, 2018).

Reconhecer a criação e legitimação das hegemonias de saberes corporificados é um traço fundamental da epistemologia feminista (Silva et al, 2017), contrapondo-se então à ideia de autores enquanto autoridades intransponíveis e não passíveis de diálogos, o que, inclusive, muitas vezes marca uma exterioridade mecânica do sujeito pesquisador em relação ao seu objeto, estabelecendo uma mediação pela “bibliografia” selecionada e “aplicada” em suas interpretações.

A proposta dos saberes parciais, localizados e críticos não significa cair no essencialismo ou no identitarismo, mas partir de sujeitos situados, encarnados, socio-politicamente e epistemologicamente localizados e diversos, cujas produções de conhecimento desafiam o cânone da suposta neutralidade e a pretensão de

²² Os currículos obrigatórios direcionam os conteúdos considerados geográficos e formam profissionais a partir de uma determinada concepção da ciência geográfica. Tal concepção cria um pretense campo notório de temas, que recebem a chancela da comunidade científica e, por sua vez, inibe os pesquisadores a ousar e desafiar as fronteiras do campo científico (Silva et al, 2009, p. 59).



universalidade da epistemologia dominante (Rea, 2018, p. 90), e isso perpassa as etapas da pesquisa; em todo esse processo há uma pessoa corporificada.

Compreendo que a alternativa ao relativismo não é a totalização e a visão única que, finalmente, é sempre a categoria não marcada cujo poder depende de um sistemático estreitamento e obscurecimento (Haraway, 1995). A alternativa ao relativismo são saberes parciais, localizáveis, críticos, apoiados na possibilidade de redes de conexão, chamadas de solidariedade em política e em conversas compartilhadas em epistemologia.

Portanto, uma pesquisa feminista²³ está comprometida metodologicamente com a reflexividade sobre as múltiplas localizações do pesquisador/da pesquisadora e suas interações no processo de investigação. Com a força da epistemologia e dos conceitos no sentido de abrir olhares para outras interpretações, não apenas trabalhar com a aplicação de conceitos nas realidades estudadas, mas sempre o tensionamento deles. Com os instrumentos metodológicos, o debate e a compreensão de que a metodologia não é neutra no processo investigativo, alguns instrumentos são tendencialmente simplificados nos percursos de pesquisa – o que vejo em meu cotidiano enquanto docente –, os debates metodológicos precisam ser fortalecidos na geografia.

Para os estudos de gênero, sob a perspectiva feminista, os instrumentos metodológicos, embora haja inúmeras combinações (necessárias, inclusive) com a dimensão quantitativa,²⁴ devem também ter a dimensão qualitativa bem desenvolvida, de modo a apreender, reconhecer sensivelmente as experiências cotidianas das mulheres ou de qualquer outro grupo social pesquisado, suas espacialidades em suas múltiplas interseções diárias. Instrumentos capazes de produzir informações, a partir das relações com os próprios pesquisadores, em que podemos analisar também as subjetividades, as camadas mais profundas destes cotidianos vividos espaço-temporalmente.

²³ Que não é exclusivamente o estudo sobre mulheres, não que isso seja pouco, mas é uma perspectiva que propõe o fortalecimento, na geografia, de uma vertente que coexista com as que já existem na produção científica.

²⁴ Ambas as frentes – qualitativa e quantitativa – se enriquecem reciprocamente e enriquecem a investigação (Baylina, 1997).



CONSIDERAÇÕES NÃO FINAIS...

Considero que a Universidade seja o lugar privilegiado para a construção do pensamento alternativo e libertador. Construir a autonomia de pensamento durante o processo de ensino e de pesquisa se coloca tão importante quanto se chegar aos resultados da própria pesquisa; nesse percurso há um sujeito social em formação.

Retomando a posição de Massey em relação às geometrias de poder, de que trata a produção científica, considero que o espaço acadêmico também pode ser compreendido pelas pessoas que fazem parte e produzem diariamente esse espaço, dando conteúdos, sentidos e significados e produzindo outras geometrias de poder, capazes de impulsionar os grupos menos favorecidos em suas posicionalidades (Silva et al, 2017) e reflexibilidade em relação às suas práticas de pesquisa, que envolvem os estudantes durante anos. A ausência de corporeidade nas práticas investigativas, tanto dos que pesquisam quanto dos que são pesquisados (desde os trabalhos de campo às maneiras como comparecem nos textos), tende a reforçar saberes e vozes universalizantes, constituídas a partir de um lugar de fala hegemônico.

A epistemologia feminista tem interesse em um projeto de ciência que ofereça explicações ricas em pormenores, com relação crítica, reflexiva quanto às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm (Haraway, 1995). Isso pode auxiliar na construção de conhecimentos “mais humanos” com capacidade de diálogo com aqueles que nos auxiliam a construí-los em suas vidas cotidianas.

Avalio a proposta feminista como uma prática ainda desafiadora, uma vez que contesta as próprias bases epistemológicas que são fortemente machistas, brancas e heterossexuais – e isso tudo é ocultado pelo discurso da neutralidade e objetividade científica. Contesta a formação básica dos estudantes, que quase sempre estiveram acostumados com essas objetividades, e o não comparecimento de determinados temas e discussões no âmbito educacional, muitas vezes vistos como tabu ou mesmo desnecessários.



A perspectiva feminista, contesta a visão predominantemente econômica e formal, que ainda predomina fortemente nas análises geográficas, combinando outras formas de se produzir desigualdades em relação com a dimensão econômica, mas vão além, mostrando o quão complexa é a realidade socioespacial contemporânea, e essa complexidade não pode ficar “do lado de fora das universidades” e dos debates que travamos cotidianamente.

A oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, os dois, parte do sentido do poder, ele mesmo. Colocar em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro (Scott, 1989), por isso a ausência das relações de gênero nos discursos geográficos ultrapassa a análise da presença feminina no exercício profissional e deve avançar na compreensão das estruturas de poder decisório, capaz de manter a seletividade das características da geografia brasileira (Silva et al, 2009). Tensionar isso significa provocar as bases que mantêm as coisas como são e estão, significa provocar as relações de poder estabelecidas.

A perspectiva feminista sugere o gênero como uma categoria de análise em conjunção com classe e raça, como uma alternativa de chegarmos mais próximos, em nossas reflexões e pesquisas, das profundas e complexas camadas sociais que caracterizam a sociedade dividida em tantos eixos identitários, excludentes e opressores, que redefinem a todo instante as experiências espaciais e temporais das pessoas.

Por fim, no âmbito da necessidade de os estudantes não apenas estarem nos espaços acadêmicos, mas terem algumas questões levantadas e debatidas, destaco o *Grupo de Estudos Dregs (Diversidade, Resistência, Educação, Gênero e Sexualidades)*. O grupo, formado por estudantes dos cursos de história, geografia e letras da UFMS/CPTL,²⁵ liderado pelos próprios alunos, se reúne quinzenalmente para debates de textos selecionados pelos próprios estudantes. Quando me procuraram para compor o grupo, relataram as ausências sobre esses debates na universidade e a relevância da presença desses temas nas aulas, nas conversas, em grupos de estudos, debates e pesquisas, principalmente nos cursos de formação de professores. Vejo que os estudantes têm a possibilidade de contestar quando há fagulhas para isso. As ausências são percebidas e não podem ser neutralizadas em um espaço

²⁵ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Três Lagoas.



universitário democrático, público e amplamente ligado ao fazer social. Para muitos estudantes a universidade representa e exerce um papel mais amplo que a formação profissional, mas um espaço em que desenvolvem parte importante de suas sociabilidades cotidianas e essa dimensão importante da vida – sexualidade, questões de gênero – não podem ficar para o lado de fora.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, K.; JACK, D. C. Learning to Listen: Interview Techniques and Analyses. In: GLUCK, S. B.; PATAI, D. Women's words: The Feminist Practice of Oral History. Nova York: Routledge, 1991, p. 11-26.

BAYLINA, M. Metodología cualitativa y estudios de geografía y género. Departament de Geografia: Universitat Autònoma de Barcelona, 1997. p. 123-138.

BELTRÁN, Ingrid Espitia; OJEDA, Diana; AMARILLO, Claudia Rivera. La “princesa antropóloga”: disciplinamiento de cuerpos feminizados y método etnográfico. In: Nómadas, V 51, 2019.

CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira. Gênero, poder e produção científica geográfica no Brasil de 1974 a 2013. 2015. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Gestão do Território. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

_____. Gênero, trajetórias acadêmicas de mulheres e homens e a centralidade na produção do conhecimento geográfico brasileiro. 2019. Tese (Doutorado) – Doutorado em Geografia. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: Estudos feministas, ano 10, 2002. p. 171-188.



DAVIS, Angela. A liberdade é uma luta constante. São Paulo: Boitempo, 2018.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, Lídia dos Santos Ferreira; GONÇALVES, Eliane. Corpos urbanos: direito à cidade como plataforma feminista. In: Cadernos Pagu. N. 5, 2021.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In: Cadernos Pagu. N. 5, 1995. p. 7-41.

IRIGARAY, Luce. Le sujet de la Science est-il sexué? In: Hypatia, v. 2, n.3, 1987. p. 65-87.

MASSEY, Doreen. Flexible sexism. Environment and Planning. In: Society and Space, v. 9, n. 1, p. 31 – 57, 1991.

_____. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antônio A. (Org.) O espaço da diferença. Campinas: Papirus, 2000.

MCDOWELL, Linda; SHARP, Joanne. Space, gender, knowledge: feminist readings. London: Arnold, 1997.

MILANI, Patrícia Helena. Contribuições da epistemologia feminista para as pesquisas geográficas. In: Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas, v. 1, n. 34, p. 125-150, 24 dez. 2021.

MILANI, Patrícia Helena; OLIVERI, Melissa Pereira. Eu não encontrei tanta dificuldade, mas eu também sempre tive que ter um passo à frente: Geografias Feministas e a Interseccionalidade de Mulheres. Revista Ensin@ UFMS, v. 3, n. 7, p. 98-117, 20 dez. 2022.



MILANI, Patrícia Helena. Geografia e gênero: uma desobediência no campo geográfico? *Terra Livre*, [S. l.], v. 2, n. 63, p. 32–65, 2025.

MONGIN, Oliver. *La condición urbana: la ciudad a la hora de la mundialización*. Buenos Aires: Editorial Paidós. Serie Espacios del Saber, 2006.

RAMOS, Élvis; MILANI, Patrícia Helena. O corpo fora de lugar: de uma geografia dos indivíduos para uma geografia dos sujeitos. In: *GEOgraphia*, 24(52). 2022.

REA, Caterina. Pós-colonialidade, feminismos e epistemologias anti-hegemônicas. In: RODRIGUES, C., ANDRADE, D. S. V.; MANO, M. K, ZUCCO, M. C; ARAÚJO, J. (Orgs.). *Territorialidades: dimensões de gênero, desenvolvimento e empoderamento das mulheres*. Salvador. 2018. p. 83-110.

SILVA, J. M.; CHIMIN JUNIOR, A. B.; PERACETTA FILHO, E.; ROSSI, R. Geografia e gênero no Brasil: uma análise da feminização do campo científico. In: *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 3, n. 2, p. 38–62, 2009.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista; PRZYBYSZ, Juliana. O corpo como elemento das geografias feministas e queer: um desafio para análise no Brasil. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista (Orgs.). *Geografias malditas: corpos, sexualidades e espaços*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2013. p. 85-115.

SILVA, Joseli Maria; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; PINTO, Vagner André Moraes. Gênero e geografia brasileira: uma análise sobre o tensionamento de um campo de saber. IN: *Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)*. V.11, n.15, jan-jun.2015.



SILVA, Joseli Maria; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. “Não me chame de senhora, eu sou feminista”! Posicionalidade e reflexibilidade na produção geográfica de Doreen Massey. In: Revista Geographia. V. 19, n.40, 2017. p. 11-20.

SILVA, Susana V. da. Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações. In: Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales, n. 262. Barcelona: 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: a “visão (apenas) de sobrevôo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. In: Revista Cidades. V. 13, n. 22, 2016. p. 101-114.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, 20(2), 1989.

REA, Caterina. Pós-colonialidade, feminismos e epistemologias anti-hegemônicas. In: RODRIGUES, C., ANDRADE, D. S. V.; MANO, M. K, ZUCCO, M. C; Janja ARAÚJO, J. (Org.). Territorialidades: dimensões de gênero, desenvolvimento e empoderamento das mulheres. Salvador. 2018. p. 83-110.

Recebido em: 18/06/2025

Aprovado em: 09/10/2025